



**CÂMARA MUNICIPAL DE MANHUMIRIM**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ - 22.702.369/0001-89**

**Ata da 2.171ª Sessão Pública da Câmara Municipal de Manhumirim** – Aos três dias do mês de Março de 2016, às 20 horas, realiza-se a Sessão Pública da Câmara Municipal de Manhumirim, no Plenário Oswaldo Frossard, situado na Praça Getúlio Vargas, nº 20, Centro, onde, sob a presidência do Vereador Dalbino Cler Ramos, os Senhores Vereadores reúnem-se Ordinariamente, estando presentes, Ana Paula Bastos Destro Sathler, Benisio Dias Arbuine, Dário de Souza Veiga, Hélio Marcos Mendonça, Ivan Caetano de Oliveira Santos, João Batista Vieira, Rodrigo Aparecido Soares, Sebastião Tristão Ribeiro e Sérgio Borel Corrêa. **EXPEDIENTE.** O Presidente pede ao Secretário que faça a chamada dos Vereadores para verificação de quórum. Havendo número regimental de presentes, o Presidente, após invocar a proteção de Deus, declara aberta a Sessão Ordinária. O Vereador Dário faz a leitura bíblica. O Presidente lê os termos do Art. 22 do Regimento Interno. O Secretário faz a leitura das Atas 2.169 2.170. As Atas são aprovadas com as seguintes restrições: O Vereador Sérgio pede que conste em Ata que o dinheiro repassado para o hospital foi um pedido de todos os Vereadores; comenta que o Vereador Sebastião esteve em reunião com a prefeita para pedir o repasse para o hospital; diz que a demanda de quem pode ou não fazer o exame, tem que ser averiguada; diz que é preciso fazer pela população e não politicagem em cima da situação. O Vereador Rodrigo pede que conste em Ata que foi questionado como foi feita a nova concessão do ponto no trevo, feito na época para o Divino que veio a falecer; diz que fará Requerimento ao Executivo para obter informações; cita obra feita na cidade no sábado anterior, e que foi questionado o porquê das máquinas da prefeitura estar paradas no almoxarifado, e as aberturas de valas do SAAE sendo feitas com máquina particular; diz que perguntou algumas pessoas da prefeitura e que não souberam responder; fala que vai procurar informações sobre porque usou máquina particular no SAAE com máquina da prefeitura parada no almoxarifado em pleno sábado. Passa-se a leitura dos Comunicados do Ministério da Educação nº CM198888/2015 e nº CM186676/2015; Ofício nº 149/2016 da Vigilância em Saúde. O Vereador Dalbino passa a Presidência para o Vereador Roberto. Passa-se a leitura do ofício nº 027/2016 do Ministério Público/MG. Passa-se a leitura do Projeto de Lei nº 001/2016 que “Dispõe sobre a exploração do Serviço de Automóveis de Aluguel (Táxi), atividade de interesse público que consiste no transporte de passageiros e de bens em veículos de aluguel na área do Município, e dá outras providências”; Projeto de Lei nº 002/2016 que “Institui feriado Municipal em Manhumirim dia 20 de Novembro- Dia da Consciência Negra e revoga a Lei Municipal nº 1.016 de 28/11/1995”. O Presidente informa que os Projetos passarão pelas Comissões. Passa-se a leitura da Moção nº 001/2016 de autoria do Vereador Hélio que “Congratula o Senhor Silvio Santos Evangelista



**CÂMARA MUNICIPAL DE MANHUMIRIM**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ - 22.702.369/0001-89**

Machado”. O Vereador Rodrigo solicita que a Moção seja colocada em apreciação, pois não é ato político. Os Vereadores Hélio, Sérgio e Sebastião comentam sobre o trabalho desempenhado pelo Senhor Sílvio. O Vereador Rodrigo faz apelo a Secretaria de Esportes que valorize e incentive os trabalhos que Senhor Sílvio presta a comunidade. O Presidente faz consulta aos Líderes de Partido. Após concordarem o Presidente solicita que a Secretaria providencie o Termo de Renúncia. Passa-se a leitura da Moção nº 002/2016 de autoria do Vereador Dário que “Congratula o Prefeito Municipal de Alto Caparaó-MG, Senhor José Gomes Monteiro”. O Vereador Ivan solicita que seu nome seja retirado da Moção; diz que seu voto é contra, pois o Senhor José Gomes não contribui com recursos para o hospital de Manhumirim; diz não ser contra a pessoa dele. O Vereador Rodrigo faz sua manifestação sobre a Moção; diz que ela tem que centrar no Município de Alto Caparaó, e que como Prefeito quem tem que avaliar é os munícipes de Alto Caparaó; diz não ter conhecimentos acerca de seu trabalho realizado; fala que é uma excelente pessoa, mas quem tem a legitimidade de fazer a Moção é o povo de Alto Caparaó; diz que não cabe julgá-lo como Prefeito. A Vereadora Ana Paula cita sobre a Moção votada do Vereador Hélio; fala sobre questionarem a Moção oferecida ao Prefeito de Alto Caparaó por seus trabalhos, enquanto já foram feitas várias Moções que não trouxeram benefícios para a cidade. Os Vereadores Rodrigo e Ivan votam contra a Moção. O Vereador Dário cita sobre os trabalhos realizados pelo Prefeito José Gomes; questiona sobre o que o Município de Manhumirim tem feito em relação à maternidade; diz respeitar o voto de cada um, e agradece aos favoráveis. A Moção é aprovada. Passa-se a leitura do Ofício de solicitação dos Servidores da Câmara Municipal de Manhumirim. Passe-se a votação do Projeto de Lei Complementar nº 003/2015- Alteração de Lei. A Vereadora Ana Paula questiona sobre a entrega de um Relatório de Estimativa de Impacto Orçamentário Financeiro no início da Reunião. O Presidente esclarece que são apenas informações para esclarecimentos aos Vereadores. Passa-se a leitura dos Pareceres da Comissão de Legislação e Justiça - CLJ e Comissão de Fiscalização Financeira, Orçamentária e Tomadas de Conta - CFFOTC oferecido ao Substitutivo nº 001/2016 ao Projeto de Lei nº 003/2015. Passa-se a leitura da Ata da Comissão de Fiscalização Financeira, Orçamentária e Tomadas de Conta- CFFOTC. O Presidente informa que a página que consta o Relatório de Impacto Financeiro 2015, 2016 e 2017 está na página 03, a Declaração Formal do Ordenador da Empresa na página 04 e o número de Vagas nas páginas 05 e 06 do Projeto. A Vereadora Ana Paula fala que de acordo com as Comissões e o Parecer Jurídico da Casa, o Projeto não está apto para votação; diz estar claro que foi pedido o Impacto Financeiro e o que consta no Projeto não está adequado; diz não estar informando todos os cargos e



**CÂMARA MUNICIPAL DE MANHUMIRIM**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ - 22.702.369/0001-89**

que foram acrescentados 16 cargos; reforça que foi pedido na Comissão o Relatório de Impacto Financeiro correto com os cargos acrescentados como salário real para que fosse analisado. O Presidente esclarece que depois que o Projeto foi devolvido não foram alterados cargos; diz que o Projeto foi analisado e houve tempo para fazer as Emendas; fala que a Câmara já questionou sobre estar fazendo o concurso público; diz entender que há um impasse para não realizá-lo e o servidor público está sendo prejudicado. A Vereadora Ana Paula diz que ninguém está prejudicando o servidor público; pede que não seja colocado em votação, pois está irregular; diz que a Comissão reuniu duas vezes e foi constatado o mesmo problema. O Presidente diz que junto com o Vereador Hélio estudou o Projeto e que foram apontadas as falhas e feitas Emendas para corrigir; fala que já foi pedido Vista e voltou novamente para apreciação e comenta sobre a quantidade de vagas. A Vereadora Ana Paula diz que as vagas não constam no Projeto; diz que foi pedida a Portaria e não foi enviada. O Vereador Rodrigo questiona a Vereadora Ana Paula se o Substitutivo é um Projeto novo. A Vereadora Ana Paula diz que o Projeto foi devolvido ao Executivo e veio um Substitutivo no lugar do Projeto; diz que em sua opinião é um Projeto novo, pois vieram várias matérias novas; diz que aposentados e pensionistas não estão sendo contemplados; cita valor do salário e ausência de carga horária de alguns cargos. O Vereador Rodrigo cita o Artigo 232 do Regimento Interno da Câmara; cita que o Substitutivo se adéqua a Emenda e não começa matéria nova e sim dá continuidade a matéria que foi protocolada. A Vereadora Ana Paula diz concordar com o Vereador Rodrigo, mas tem que respeitar as Comissões. O Vereador Rodrigo fala que seu questionamento com a legalidade do Projeto é em relação às Comissões; diz que sempre respeitou as Comissões e o Regimento; fala que é preciso trabalhar em cima do que foi enviado à Câmara, e que havendo erros, cabe ao Tribunal de Contas avaliarem o que está errado; fala que os Vereadores trabalham com a matéria que é enviada. O Presidente sugere a Vereadora Ana Paula que seja feita uma relação de todas as informações precisas para adequação do Projeto, concede Vista coletiva de três dias passando pelas Comissões e convocará Reunião Extraordinária; fala que o voto é soberano, mas que o Projeto tem que sair da gaveta. O Vereador Benísio fala que se o Projeto estivesse apto, o Jurídico da Casa teria dado o Parecer Legal; diz não saber qual o interesse em passar um Projeto com erros, e cita sobre erros de Projetos passados. O Presidente fala que cabe ao Vereador fiscalizar e havendo erros que seja encaminhado ao Ministério Público. O Vereador Hélio comenta que o Projeto está na Câmara desde novembro, e apresentou suas Emendas na mesma época; cita sobre o Estudo de Impacto dos anos de 2015, 2016 e 2017; menciona que 130 cargos estão sendo disponibilizados para o concurso. A Vereadora Ana Paula fala que no Substitutivo enviado à Câmara



**CÂMARA MUNICIPAL DE MANHUMIRIM**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ - 22.702.369/0001-89**

e analisado pelas Comissões, hora nenhuma está falando claramente a quantidade de cargos. O Vereador Hélio fala que se for feita a comparação do Projeto de 2015 para o que está sendo proposto, será visto que são 130 vagas para o concurso; cita sobre as vagas dos Agentes de Endemias que foi votado; fala sobre o Impacto Financeiro e desvantagens de alguns cargos e cita sobre o abono. O Vereador Dário comenta que a Prefeitura pagou para fazer um péssimo Projeto; diz que a função da Câmara é trabalhar o Projeto para estar apto à votação, e está sendo trabalhado; fala que tem que ser votado para contratar empresa e assim aplicar o concurso. O Vereador Dalbino fala que o servidor público está ficando para trás, e que o Projeto foi mal elaborado; cita sobre as vagas já votadas que constam novamente no Projeto; diz ser mais um motivo para ser analisado; fala que não votará em Projeto errado, e deixa claro que seus atos são conscientes. **GRANDE EXPEDIENTE:** O Presidente informa que há dois Oradores Inscritos para a Sessão. Concede a palavra ao primeiro Orador, o senhor José Simplício e informa que seu prazo regimental é de cinco minutos. O senhor José fala sobre o Projeto de Lei de Cargo e Salários; diz que era esperado que o Projeto fizesse recomposição salarial para o servidor; comenta que o servidor está sendo lesado e que a prefeitura tem que pagar o salário mínimo e benefícios; fala sobre o concurso público; diz que já são três anos sem recomposição salarial; diz que a administração municipal jogou em cima da Câmara uma grande responsabilidade; cita sobre as gestões anteriores e fala que a atual está sendo a mais difícil, e a cada ano bagunça o Plano de Cargos e Salários. O Presidente questiona se a economia de antes era igual ao momento presente, e se nos dias atuais seria possível cumprir. O senhor José fala que a administração poderia ter dado pelo menos o que o governo deu; diz que o município tem que fazer sua adequação com as despesas gerais. O Vereador Rodrigo fala que desde que entrou na Câmara se deparou com a figura do abono; questiona por que o Sindicato nunca ajuizou uma ação contra o município em benefício dos seus associados. O senhor José diz que tem algumas ações para questionar na justiça a questão do abono; sugere que a Câmara apresente uma Lei Municipal para quando o salário mínimo subir, a Câmara estar autorizada a pagar o mínimo. O Vereador Rodrigo fala que o Legislativo não pode criar despesas para o Executivo; diz que não pode exigir dos Vereadores votarem o que não está na Casa; cita que a Câmara não tem legalidade de propor aumento; diz que o Sindicato tem que reunir seus associados junto à Câmara e ir ao Executivo, e somar forças para lutar em conjunto; diz que tudo que é feito na Câmara é em cima de leis. O Vereador Sérgio fala que os servidores sabem que estão prejudicados desde ano passado e a responsabilidade não é só da Câmara; diz que todos os Vereadores fazem seu papel de cobrar em nome dos servidores. O Vereador Hélio esclarece que foram feitas Emendas ao



**CÂMARA MUNICIPAL DE MANHUMIRIM**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ - 22.702.369/0001-89**

Projeto; faz explicações sobre o abono; questiona se o senhor José como prefeito demitiria 150 chefes de família para aumentar o salário de outros. O senhor José cita exemplo de empresário e que uma empresa pode quebrar se não enxugar a máquina; diz não ser contra o abono, e que é preciso pagar as vantagens em cima do salário mínimo. A Vereadora Ana Paula comenta sobre funcionários demitidos no Executivo e aumento de salário de uma advogada, e que a lei não permite conceder 100% de gratificação; cita Artigo 7º da Constituição Federal. O senhor José Simplício diz que sua intenção é defender o servidor público e agradece a oportunidade. O Presidente concede a palavra para a segunda Oradora, a senhora Euvira da Silva Reis e informa que seu prazo regimental é de cinco minutos. A senhora Euvira fala sobre a lama que caiu em sua casa devida uma obra da prefeitura para abertura de estrada; diz que não foi feito nada a respeito, e pediu ajuda a alguns Vereadores para resolver a situação; diz que procurou na prefeitura o Luciano que disse não ser problema da prefeitura; fala que o Engenheiro da prefeitura citou que foi culpa das chuvas; diz que ficaram de resolver e não foram tomadas providências. O Vereador Benisio fala que fez Ofício a Secretaria de Meio Ambiente e CODEMA sobre a abertura da estrada; fala que é preciso indenizar, e a área não poderia ter sido mexida por se tratar de uma APA. A senhora Euvira diz que o Presidente ficou de ajudar e não foi tomada atitude. O Presidente fala que no dia do ocorrido foi para ver a situação, e hora nenhuma foi negada o reembolso; diz que conversou com o Engenheiro e que o laudo está pronto e cabe a Assistência Social avaliar. Vereador Rodrigo cita que era uma área de preservação e não existia corte nem estrada; questiona se teve alguma obra ou planejamento para captar as águas pluviais. O Presidente convida os Senhores Vereadores a conhecer o local, e a Comissão de Meio Ambiente para averiguar a situação. O Vereador Dário questiona se foi feito compromisso para reformar a casa. A senhora Euvira diz que não; fala reformou a casa há pouco tempo e perdeu tudo; diz não ser atendida na prefeitura. O Vereador Dário diz que o município tem que ter responsabilidade de ressarcir o prejuízo causado. A senhora Euvira diz que encontrou com a Prefeita na rua e que ela citou que o problema foi causado por buraco de formigas; diz que a Prefeita falou para contratar um engenheiro e provar que foi obra da prefeitura. O Vereador Ivan propõe reunir a Comissão de Meio Ambiente, convocar o Engenheiro para resolver a situação e os prejuízos. A senhora Euvira agradece a atenção e pede que sejam tomadas providências o quanto antes. O Presidente concede a palavra a Servidora Mayra que fala do trabalho de conscientização sobre a Dengue; reitera o convite aos Vereadores e a população sobre a caminhada de mobilização social no dia sete de Março; diz que há alguns dias houve aumento de notificações; esclarece que o carro de fumacê não pode ser solicitado do Estado a não ser que tenha número





**CÂMARA MUNICIPAL DE MANHUMIRIM**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ - 22.702.369/0001-89**

alarmante de casos na cidade; pede apoio à Câmara para campanhas de mobilização. O Vereador Rodrigo questiona como estão sendo feitas notificações de casos que trazem risco a saúde pública e ao meio ambiente do município, e se existe intervenção da polícia para prisão de quem está prejudicando a saúde pública. A servidora Mayra fala que há notificação através da Vigilância sanitária; diz que caso a pessoa não se adéque é encaminhado ao Ministério Público para que sejam tomadas providências. A Vereadora Ana Paula questiona se tem informação da quantidade de casos no Município. A servidora Mayra diz que foram dez casos confirmados com sorologia; cita o caso do Vereador Hélio e sua esposa. A Vereadora Ana Paula diz que tem casos confirmados em alguns bairros e o número é maior e alarmante. A Servidora Mayra diz que através de dados laboratoriais dos pacientes de sorologia foram dez casos. O Vereador Dário fala da questão do ferro velho exposto na entrada da cidade; diz que é grande foco de mosquitos e pede fiscalização. O Vereador João comenta que em seu bairro algumas pessoas apresentaram coceiras após o banho; diz que foi feita coleta de água para análise e questiona se obteve algum resultado. A servidora Mayra fala que a Coordenadora da Vigilância Sanitária esteve em conversa com o representante do Ministério Público sobre a adequação e cobertura dos ferros velhos existentes na cidade, e está sendo abordada a questão; diz que o resultado da análise da água não estava fora dos padrões; fala que esteve com a senhora Greice que é referência em Epidemiologia da Regional de Saúde, e pediu orientações e medidas sobre o caso; diz que a situação ficou de ser passada ao Coordenador do Estado e dar respostas; comenta que ainda não teve respostas, se compromete esclarecer a Câmara e agradece o apoio de todos. O Vereador Hélio diz que teve sintomas de dengue e fez exame de plaquetas, mas não fez sorologia; diz que não pode entrar nesses dados. Os Vereadores Hélio, Sérgio e Ivan parabenizam a equipe de Endemias pelos trabalhos prestados. O Vereador Ivan solicita sua retirada do Plenário. O Presidente concede. O Presidente agradece a presença da servidora Mayra e está a disposição; fala da importância da participação de todos; convoca para a próxima Reunião Ordinária dia 10 de Março de 2016 e declara encerrada a reunião, do que para constar lavra-se esta ata.

**(a)ROBERTO BELARMINO FAGUNDES**  
**PRESIDENTE**

**(a)DÁRIO DE SOUZA VEIGA**  
**SECRETÁRIO**